

Academia das Ciências de Lisboa

BIBLIOTECA DE ALTOS ESTUDOS

AS FINANÇAS PORTUGUESAS DE DEPOIS-DA-GUERRA

(CRISE E RESOLUÇÃO)

POR

FERNANDO EMYGDIO DA SILVA

*Conferência feita na Faculdade de Direito
de Paris em 5 de Fevereiro de 1934, re-
petida para os Altos Estudos em 19 de
Março seguinte.*



LISBOA

1934

Sela C
Est. 27
Tab. 12
N.º 6

Academia das Ciências de Lisboa

INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS

AS FINANÇAS PORTUGUESAS
DE DEPOIS-DA-GUERRA

AS FINANÇAS PORTUGUESAS
DE DEPOIS-DA-GUERRA

(CRISE E RESOLUÇÃO)

Publicada em Lisboa na Imprensa Nacional
em 1946, em 2 volumes, 1.º e 2.º tomos, em
1.ª edição, com 1.º e 2.º tomos, em 1.ª edição,
com 1.º e 2.º tomos.



404

Academia das Ciências de Lisboa

BIBLIOTECA DE ALTOS ESTUDOS

AS FINANÇAS PORTUGUESAS DE DEPOIS-DA-GUERRA

(CRISE E RESOLUÇÃO)

POR

FERNANDO EMYGDIO DA SILVA

*Conferência feita na Faculdade de Direito
de Paris em 5 de Fevereiro de 1934, re-
petida para os Altos Estudos em 19 de
Março seguinte.*



RL

MNCI

33

SIL

LISBOA

1934

Academia das Ciências de Lisboa

BIBLIOTECA DE ALTOS ESTUDOS

AS FINANÇAS PORTUGUEZAS
DE DEPOIS-DA-GUERRA

(tese e resolução)

COIMBRA — IMPRENSA DA UNIVERSIDADE — 1934

FERNANDO ENRIQUE DA SILVA

Copyright reserved by the author and publisher in Portugal.
All rights reserved. No part of this publication may be reproduced
without the permission of the publisher, Fernando Henrique da Silva.



LISBOA

1934

MINHAS SENHORAS :

ILUSTRES CONFRADES :

MEUS SENHORES :

¿Qual de entre nós, reportando-se a antes da guerra, não editou por conta própria, envelhecendo-o dum século, o dito famoso de Talleyrand — com renovada melancolia no seu sabôr de agora: Quem não viveu antes de 1914, não conheceu a felicidade de viver?

Esta verdade europeia — ¿que digo eu? — esta verdade das cinco partes do mundo é de-certo igualmente uma verdade portuguesa. ¿Como não havíamos de partilhar na desgraça de todos? Mas os correntes signos meteorológicos, que servem um pouco por tôda a parte para estabelecer o contraste entre as misérias de hoje e a felicidade de outrora, não bastam para definir o clima financeiro de Portugal, se nós não soubermos desprendê-los

das interpretações em absoluto alheias aos ventos que sopram no país.

Tocámos desta feita, precisamente, meus senhores, em uma das causas profundas que levaram a fáceis enganos mais dum observador superficial das coisas portuguesas, e fizeram pintar, para além fronteiras, dum modelo visto à pressa, um retrato irreconhecível.

O conciliador Montaigne escreveu: «Verdade que estas montanhas confinam, é mentira para o mundo que se encontra para além das mesmas». Vereis no decurso desta conferência que, para lograr uma compreensão meritória, será preciso mais duma vez fazer profissão de prudência e recorrer a êste particularismo indispensável.

Para determinar a situação em que nos encontramos é preciso averiguar primeiro de onde somos chegados.

A resposta é, simultâneamente, simples e difícil.

De princípio, esta parece, com efeito, resumir-se em duas orações gramaticais. Como

a Europa quasi inteira, sob o signo da vertigem, nós conhecemos, depois da guerra, a grandeza e as misérias da inflacção, em que ficámos mestres. Essas são as paragens de onde vimos. Mais profundamente atingidos do que muitos outros, o próprio sentimento do perigo levou-nos mais depressa a um resurgimento, cujos primeiros alicerces, sólidamente estabelecidos antes de se desencadear a crise mundial, serviram, por sinal, para nos dar as oportunas fôrças que precisamente nos habilitam agora a resistir com êxito à tormenta e a seguir caminho. Esta é a situação em que nos encontramos.

A crise portuguesa parece, portanto, à primeira vista, um simples exemplar do mostuário comum das crises de depois da guerra, com a única diferença de que, tendo a doença sido mais grave, a reacção decisiva devia por sua vez operar com mais rapidez e mais energia.

Mas seria, na verdade, simplificar demasiado as coisas, se nos limitássemos a equiparar, pela existência dalguns traços comuns e pelo sincronismo dalguns acontecimentos

marcantes, a crise portuguesa à crise geral de depois da guerra.

O caso português possui o seu clima próprio — e importa não o esquecer — seja quando medirmos o alcance do mal, seja quando entrevirmos as suas saídas possíveis.

Dois traços peculiares avultam assim para lhe dar feição privativa.

1.º — Para se compreender a crise portuguesa de depois da guerra (e contrariamente ao caso geral) há que estabelecer a sua ligação de preferência com as más tradições financeiras do passado do que com a herança financeira material da guerra.

2.º — Para se avaliar a eficácia do nosso ressurgimento recente, prosseguindo através das reacções da crise mundial — é necessário também, mais do que em qualquer outra parte, ter presentes as possibilidades, por demasiado tempo, menosprezadas do país.

Eis o que nos impedirá de seguir por caminho errado e restituirá, simultâneamente, a côr local aos acontecimentos portuguezes.

O plano da minha lição encontra-se desta feita implicitamente traçado. Resume-se a

encontrar resposta para estas três interrogações sucessivas:

1.º — Qual foi o nosso passado financeiro, e que reservas intactas nos foram, pelo menos, conservadas até à guerra?

2.º — Qual foi o verdadeiro alcance do perigo corrido durante a crise temerosa de depois da guerra — inventariando-se o *apport* dos diferentes factores de perturbação e de ruína?

3.º — Qual é o sentido do ressurgimento financeiro português, a sua marcha, os seus processos, as suas directrizes, o seu mérito — a sua solidez contraprovaada pelos reflexos da crise mundial, as suas perspectivas derivadas das próprias possibilidades do país?

A primeira resposta — familiarizar-nos-á com a fisionomia de Portugal.

A segunda conduzir-nos-á longe em um declive perigoso.

A terceira estabelece as virtudes irredutíveis em que têm de enquadrar-se as boas finanças.

I

Financeiramente, o século XIX e os primeiros anos do século XX podem, em Portugal, resumir-se nos tópicos seguintes:

1.º — Uma administração medíocre, sem vistas largas, sem plano de conjunto, sem continuidade, sem clareza nas contas; algumas rápidas tentativas de ressurgimento, verdade seja (e das mais meritórias) mas em breve recaindo na mesma desordem ou no velho marasmo.

2.º — Um *deficit* crónico nos orçamentos e nas contas, consequência natural da nossa primeira afirmação; *deficit* não excessivo, seja dito em seu abono, não ultrapassando alguns dígitos milhares de contos por ano; mas *deficit* persistente e revelador para mim de sintomas tanto mais graves que uma crise de vontade parecia paralisar o doente, impedindo-o assim

de formular ou de seguir o tratamento adequado.

3.º — Uma utensilagem nitidamente insuficiente, o que nem espanta nem destoa numa administração tal como a definimos.

Se o ministério público fôsse incumbido de fazer o processo à história financeira de Portugal de antes da guerra, não lhe seria difficil, mantendo o negrume das tintas, de continuar articulando, com severidade, na sua acusação.

Em primeiro lugar, as despesas, a-pesar-da escassez do realizado, aumentaram 7 vezes em menos dum século. É aproximadamente a progressão francesa, o dôbro da progressão no Estado central britânico, sensivelmente dois terços da progressão dos belgas. Quere dizer, as despesas seguem, no mesmo ritmo, a curva ascendente geral, mas sem a *mise-en-oeuvre* dos serviços públicos que em terra alheia oferece a contrapartida e a medida do dinheiro gasto.

Em segundo lugar, a capitação da dívida é elevada. Vem logo a seguir à capitação francesa. E o que é peor. Os governantes pa-

rece não terem consciência de como se deve recorrer ao crédito. Começa pela dívida fluante externa — de mau aspecto, não excessiva, por certo, mas arrastando-se o bastante para sombrear a fachada, aguçar os apetites da alta banca, obrigar o país, vezes de mais, a fazer figura de pedinte, e, sobretudo, a sofrer as exigências de crédores, por demasiado levados a acreditar que a imminência dum reembolso tomaria as proporções duma catástrofe. Depois, a dívida fluante interna, sem melhor figuração também: mantida que esteve sempre nos plenos domínios patológicos, sem outra saída além das consolidações da última hora, porque em vez de ocorrer apenas às necessidades momentâneas do tesouro, liquidando-se em fim de exercício, foi servindo vezes sem conto para cobrir a sagrada eternidade do *deficit*. O consolidado, copiado do inglês, com uma taxa de juro inferior à razoável, mal cotado na bolsa. Crédito externo, comprometido, por sua vez, depois da crise de 1890, em que se julgou melhor fazer acto de coragem contra os crédores do que buscar remédio contra alguns notórios abusos e deficiências

da administração. Consolidado e amortizável, aliás, quasi nunca em relação, nem com o objecto da dívida, nem com as viabilidades orçamentais.

Em terceiro lugar, a mais falsa das construções em matéria tributária: os impostos baseados sobre o desconhecimento da matéria colectável, quer dizer, o arbitrário do fisco tendo como parceiro a fraude dos contribuintes, nestes novos jogos de Marivaux... da mentira e do acaso.

Em último lugar, é preciso não esquecer que fomos forçados, em 1891, a abandonar o padrão-ouro. A inconvertibilidade levava-nos, seis anos depois, a termos de pagar pelo dôbro uma libra esterlina. Pequeno *fait-divers*, decerto, em matéria de câmbios... tais como depois aprendemos todos, à nossa custa, a conhecê-los. Tanto mais que a exclusiva actuação das forças do país ia permitir a êste de reencontrar, em 1906, a antiga paridade da sua moeda. Mas acontecimento de larga envergadura para a sua época, pleno de más influências e de repercussões desfavoráveis sobre o orçamento; e exercendo, sobretudo,

uma acção desanimadora sôbre a confiança pública, primeiro suporte das finanças.

Á acusação, rigorosamente baseada assim sôbre o corpo de delito, não falta, nestas condições, nem severidade nem sugestão. Administração medíocre, *déficit* crónico, utensilagem visivelmente insuficiente, nível de despesas elevado sem contrapartida no *high-standing* dos serviços públicos, forte capitação da dívida, dívida flutuante patológica, deplorável utilização do crédito, desconfiança dos credores, desconhecimento da matéria colectável, abandono do padrão ouro — havia aí na verdade mais do que o preciso para desencadear os raios mortíferos, tais como Júpiter os fazia descer dos céus, nos bons velhos tempos, em que o sr. Paul Leroy Beaulieu escrevia sôbre os perigos dos maus processos financeiros algumas páginas admiráveis, sem dúvida, mas que se deixaram atrasar um pouco.

Prognóstico reservado seria, no entanto, indiscutivelmente aquele que tivesse por base exclusiva um tão precário atestado de costumes financeiros. É por isso que nos apres-

samos agora a fazer intervir as circunstâncias particulares do país, segundo as quais nos não será difícil de vos pôr em presença duma verdade inteiramente diversa. A verdade, não será, com efeito, neste capítulo, como numa peça de Pirandello — ¿tôda ela relativa?

As razões mais salientes, que bastam para operar esta mudança radical de cenário, cabem nas poucas palavras que formam o postulado seguinte:

Fundamentalmente, as fontes mesmas da existência do país e da fortuna pública não tinham sido atingidas. O redemoínho era como os do mar, à superfície: não tinha tocado no fundo. E o fundo permanecia intacto — com a sua extensão considerável, a sua riqueza nem sequer suspeitada e a sua unidade perfeita.

Extensão considerável, comecei eu por dizer. Vezes de mais, quando se evoca o nosso nome, o pensamento se concentra apenas na admirável mas estreita facha de terra europeia, onde os grandes antepassados estabeleceram há oito séculos as fronteiras da metrópole. Mas na orgulhosa expressão do Poeta, nós

demos mundos ao mundo. E a-pesar-das perdas sofridas, ainda nos resta, para além-mar, um largo domínio. ¿Quem sabe mesmo? Êsse domínio é nosso ainda, porque a história passaria demasiado talvez aos limites do prodígio e da lenda, se um destino benévolo nos não permitisse de conservar algumas provas irrefutáveis das descobertas... Assim nós chegávamos à guerra, bons-terceiros, a-par com os belgas, como detentores dum dos maiores impérios coloniais do mundo; e o que é mais, dum império marcado pelo nosso cunho, inteiramente ocupado e pacificado.

Riqueza unsuspeitada, proclamei eu, em seguida.

Com as más finanças dissimulando a capricho os recursos do país — não admira muito, com efeito, que o pessimismo fôsse de rigor, há um quarto de século.

Impressionados pelo *déficit* aparente considerável da balança comercial — nenhum dos melhores economistas de antes da guerra, por exemplo, se apercebeu de que nós tínhamos uma balança de contas equilibrada, a-pesar-da lenta ascensão das cotações da moeda, re-

gressada à paridade em 1906 pela acção exclusiva das fôrças do país.

Pelo contrário. O pretenso esgotamento das faculdades do contribuinte, era, então, opinião corrente. Fábula irrisória, num país, precisamente, em que o contribuinte, gozando duma desordem explêndida em matéria fiscal, se encontrava seguro, pode dizer-se, de que os seus segredos de fortuna nunca seriam violados por alguma impertinente indiscrição do fisco.

Riqueza insuspeitada: — pode, portanto, afirmar-se afoitamente.

Falta a última carta: a *unidade perfeita do país*.

Portugal, com efeito, chegou até os nossos dias como uma das mais perfeitas *unidades nacionais* da Europa: *unidade moral*, primeiro que tudo, sem regionalismos centrífugos, geradores de separatismos eventuais; *unidade intelectual* forjada por uma só língua, sem dialectos, falada do norte ao sul do país; *unidade económica*, finalmente, porque Portugal é talvez, depois da França, e tanto quanto o consente a interdependência humana, uma

obra-prima nacionalista: um dos países com o maior número de possibilidades para se aproximar do desideratum de se bastar a si próprio: as colónias ingressando aliás, admiravelmente, para êsse efeito, no quadro da unidade nacional.

Se perscrutarmos, por conseguinte, um pouco, através do nevoeiro que os persistentes erros dos homens só pareciam empenhados em adensar, esta era, para mim, a verdadeira fisionomia de Portugal, no momento em que a guerra, a êle também, o vinha chamar às armas.

II

Assim chegávamos, portanto, à guerra.

No passivo do balanço, com uma única epígrafe, mas de monta: a Administração rotineira.

No activo, três grandes valores: a extensão, a riqueza, e a unidade do país.

Junte-se-lhe ainda uma mudança de regime, que datava, então, de havia quatro anos.

Ficaram sôbre a mesa, me parece, desta forma, os dados que habilitam a decifrar a situação portuguesa, tal como a guerra nos veio surpreender. Mais ainda. Os próprios dados que explicam a violência da crise de depois da guerra e as condições para reagir com êxito.

Mas procedamos com ordem.

Tentemos, primeiro, definir a natureza e o potencial da crise.

Em seguida, apreciaremos a reacção e o seu alcance.

¿Qual foi, exactamente, a herança financeira da guerra, para Portugal?

Aqui ainda, nos cumpre fazer fé por alguns traços peculiares ao modelo português, se não queremos cair no fácil *cliché* das generalizações precipitadas.

E digamo-lo, antes de mais nada. Não há nenhuma relação entre a gravidade da nossa crise de depois da guerra e a herança financeira, tal como a guerra a estabeleceu materialmente para nós.

Nada permite, contra a soberania da evidência, de diminuir a grandeza do esforço ou do sacrificio realizados. Esfôrço formidável: o país devia bater-se em África e na França. Sacrificio enorme! a pluralidade e a distância das frentes de batalha só eram feitas para agravar a despesa.

Mas nada permite também afirmar que a participação na guerra haja minado decisiva-

mente os nossos recursos, ao passo que a crise sobrevinda, abalou depois, por um momento, os próprios alicerces do país.

É fácil demonstrá-lo. As insuficiências dos orçamentos portugueses, para nos mantermos em luta, haviam sido cobertas por um aumento da circulação fiduciária, por uma elevação da dívida flutuante interna e pela dívida de guerra à Inglaterra. Era seguramente mediocre como teoria das finanças de guerra. Ao sr. prof. Edgard Alix ou ao sr. prof. Gaston Jéze, meus categorizados ouvintes de Paris, sobejariam por certo as razões para se não declarar maravilhados. Mas não havia nada de desesperado, em suma, nada que de longe se comparasse, sobretudo, com o que nos veio a acontecer depois. A circulação fiduciária, em 1919, deixou relativamente tranqüilos os preços e os câmbios, ao passo que, cinco anos mais tarde, a moeda nacional chegou a desvalorizar-se mais de 30 vezes. Aos bilhetes de tesouro, que dobraram apenas até à Paz, ficavam reservadas, pelo menos, tôdas as fáceis possibilidades de consolidação, ao passo que, nos dez anos seguintes, iam decuplicar

duas vezes. E para a própria dívida à Inglaterra, o mais pesado encargo a suportar, mas que de momento nos não era exigido, havia seguramente atenuações que desde logo transpareceram, — tanto mais que nós não éramos os únicos devedores na espécie, e que da própria natureza dessa dívida, resultaria, pelo menos, a concessão de prazos muito largos para a pagar.

Ao celebrar-se a Paz, não se encontravam, pois, comprometidos, no seu fundamento, os recursos do país.

A mais grave herança da Guerra era ainda o que todos nós chamamos o espírito da guerra; quer dizer, o espírito de facilidade, de menor esforço, de não-*contrôle*, de desperdício, de descuido, de desordem. Mas aí saímos nós profundamente feridos. Tanto mais que uma mudança recente de regime estimulava ainda as causas de perturbação, já de si freqüentes e intensas. E a rotina administrativa mal nos deixava aperceber o declive para onde irresistivelmente nos empurravam os expedientes financeiros da mais assustadora feição. ¶O curso forçado não

vinha já de 1891? A dívida flutuante não tinha servido sempre de cobertura aos *deficits* orçamentais? Em boa verdade. A máquina infernal tinha os seus direitos de cidade, em Portugal. Um espírito maligno ia acelerar, agora, o ritmo da dança demoníaca. E a vertigem não se fêz esperar. Em poucos anos, a longes termos se devia ir, com efeito, na descida temerosa...

A loucura perdulária atinge então, o seu pleno. O *Diário do Govêrno*, é francamente mobilizado como órgão do aumento das despesas públicas. Dos 70 ou 80 mil contos de antes da Guerra vamos chegar depressa a 1 milhão e 500 mil. Havendo as necessidades públicas perdido em absoluto a sua ordem legítima de precedência, as diferentes despesas não apresentam entre si nenhuma proporção equitativa. Não há, por assim dizer, sombra de lógica nem sentido de direcção — num Estado que afinal não sabe o que quer nem para onde vai. Adjectivando ao invés o famoso dito de Le Play, o Estado convertera-se... no *mau patrão*.

Acresce ainda que os expedientes finan-

ceiros, de que o Estado se serviu para fazer frente ao aumento vertiginoso das despesas, tornaram a crise mais aguda e mais perigosa.

Basta enunciá-los... para os julgar. São quatro — e do que no género sabemos de mais perfeito:

- a) Aumento de circulação fiduciária;
- b) Emissão de bilhetes do tesouro;
- c) Dívida à Caixa Geral de Depósitos;
- d) Recurso à dívida flutuante externa.

Com êste instrumental de fina escolha — vai-se, na verdade, longe e depressa.

Em poucos anos, a circulação de notas decuplicou; os bilhetes de tesouro elevaram-se de cêrca de 20 vezes; a dívida à C. G. D. atinge rápidamentee 600 mil contos; o Tesouro volta a fazer figura de pedinte junto dos banqueiros de Londres.

Conclusão natural: o *deficit* que, logo a seguir à Guerra, era de 100 mil contos, num ano aliás particularmente difícil, sobe para além de 500 mil contos em 1923 e de 600 mil em 1927.

Pregunto eu agora. ¿As cousas poderiam passar-se de maneira diversa?

A verdade é que não se aniquilava o mal. Marcava-se passo... nos seus domínios.

Em vez de reduzir o *deficit*, actuando sôbre as causas, esperava-se passivamente pelos seus efeitos. E uma vez chegados os efeitos, o trabalho cifrava-se em procurar os meios de pagamento, quere dizer, os meios dilatórios e inoperantes para evitar a falência.

As engrenagens do sistema são fáceis de desmontar. Como precedência devida, a máquina das notas desempenhou no certame o papel principal, o primeiro no tempo, também. Mas a inflacção custa cara. Em alguns anos o preço da vida tinha aumentado de trinta vezes. As notas que se destinavam a cobrir o *deficit*, descobriam um *deficit* incessantemente avolumado pelas suas reflexas. E o dilema aparecia pôsto cada dia: ou parar a máquina infernal, ou suspender os pagamentos. O limite da circulação foi mesmo excedido uma vez. Mas o que era pior: o pânico parecia haver atingido os alicerces do país. Os capitais tomavam, deliberadamente,

o caminho do estrangeiro. E como sempre, o receio da inflacção antecipava, nos seus efeitos, a inflacção que se não fizera ainda.

Perante o alarme geral, houve que mudar de tática no auge mesmo da crise. Mas, no fundo, tudo ficou na mesma, uma vez que os *deficits* continuaram como até aí.

Suspende-se, com efeito, o recurso à circulação fiduciária, e em seu lugar, para fazer frente aos negativos persistentes do orçamento, emitem-se bilhetes do Tesouro, e pede-se dinheiro emprestado à C. G. D. Mas o que se ganhou com a mudança? Um simples adiamento do dilema entre a inflacção e a falência. Como evitar, com efeito, uma vez desencadeado o pânico, a apresentação em massa nos balcões respectivos, ou dos bilhetes de tesouro vencidos, ou dos cheques dos depositantes? E nesse momento, que outra saída se apresentava, fora da falência ou da inflacção?

Este é o sentido profundo da crise portuguesa de depois da Guerra, a sua figuração dramática.

O momento havia passado das dificuldades

infantis e, no entanto, sempre deixadas em suspenso, de antes da Guerra.

Encontrávamo-nos, a bem dizer, ameaçados por um desmoronamento tornado quási inevitável. E dispúnhamos, para salvar-nos, de uma administração que havia provado... do que era incapaz.

Compreende-se desta feita a inquietação que se tornou geral no país.

Em boa verdade. ; Para onde íamos nós?

III

Mas era preciso encontrar uma saída.

Não faltavam aliás os precedentes animadores. O país tinha conhecido, ao longo de todo um século de administração inferior (já o dissemos de comêço) alguns assomos de ressurgimento, demasiado raros, infelizmente, para fazerem escola, demasiado curtos também para dominar a rotina. Mas essas poucas tentativas não são falhas de interêsse, já pela meritória intenção que as inspirou, já como barómetro das próprias possibilidades portuguesas, tôdas as vezes que uma vontade firme imprimiu o seu cunho aos destinos nacionais.

Assim é que, em 1850, depressa se construiu uma nova ordem financeira sôbre os destroços das lutas liberais; em 1892, também se chegou a sair, com relativa rapidez, de uma suspensão de pagamentos; em 1907, a

monarquia moribunda ensaiou, com o sr. João Franco, o seu último e curto vóo; em 1914, a Guerra veio justamente surpreender o sr. dr. Afonso Costa, meu antigo e eminente director da Faculdade de Lisboa, quando êste havia anulado, em menos de um ano, o *deficit* orçamental, e procurara obter assim, com decisão e inteligência, os melhores pergaminhos de nobreza para a República nascente.

Os resultados dêstes interregnos fugazes nada tinham de desanimador. O esforço para lhes dar consistência é que tinha durado, de tôdas as vezes, muito pouco.

Mas, verdade seja: a crise de depois da Guerra não parecia tão fácil de resolver, e não nos parece também exagerada a afirmação de que uma instabilidade ministerial, de frequência notória, se afigurava para tal efeito como particularmente inoperante.

No entanto, algumas tentativas corajosas se foram produzindo, em plena crise. Há que assinalar, como primeiro esbôço de reacção, em 1924, a provocada melhoria cambial e um vigoroso apêlo ao contribuinte, tornado in-

dispensável. Entre 1926 e 1928, a resolução, também, de algumas questões candentes: entre outras, o regulamento da dívida de guerra, em condições semelhantes às alcançadas pelos devedores mais favorecidos; a normalização de alguns serviços públicos, em pleno estado de defecção, nomeadamente a reparação das estradas; o novo regime dos tabacos; a liquidação dos transportes marítimos; a passagem à exploração privada dos caminhos de ferro do Estado.

Era já alguma coisa. Mas era muito pouco ainda. A bem dizer, a crise perdurava, com intensidade igual. Os *deficits* eram os mesmos, quando não maiores. Um certo fundo de maneio, em divisas estrangeiras, de 2 milhões de libras, meritòriamente constituído antes de 1926, havia desaparecido na voragem e dava, outra vez, lugar, em Londres, a novas e sempre lamentáveis operações de crédito a curto prazo. As notas do Banco, os bilhetes do Tesouro e os depósitos da Caixa Geral continuavam a financiar a Tesouraria. Quere dizer: ninguém havia tocado nos pontos nevrálgicos da crise. A parte essencial, o centro do pro-

blema ficara de fora, eu não direi já de qualquer tentativa de resolução, mas da própria visão de conjunto do problema.

É assim que, numa hora mal inspirada, em fins de 1927, nós lembrámos de ir bater à porta de Genebra. Não era que um empréstimo, celebrado sob o patrocínio da Sociedade das Nações, tivesse algo, por si próprio, de chocante ou condenável; mas, como em tôdas as anteriores e pouco felizes solicitações ao crédito exterior, uma vez mais, o país aparecia em Genebra, com ares de parente pobre, pobre de ideas e de recursos. Quere dizer: como criança pródiga que sugeria fácilmente a tutela. Os conselhos do saber internacional não faltaram neste transe: era quasi um curso de finanças, na Faculdade, o que só por si já se afigurava como excelente; chegaram mesmo a oferecer-nos uma dúzia de milhões de libras, o que ainda parecia mais vantajoso. Simplesmente, a Sociedade das Nações teimava na exigência de um *contrôle*, ainda que discreto e distante. Mas que querem V. Ex.^{as}? Não se raciocina contra um sentimento. Nesse



ponto, o homem do povo, em Portugal, tinha uma singular obstinação, de que não queria afastar-se, e o melhor técnico financeiro jámais chegaria a convencê-lo do contrário. Com um tal ambiente, o empréstimo externo malogrou-se, isto é, nós saíamos do intermédio de Genebra mais desamparados e perplexos do que nunca. A hora era quasi de pânico. Mas o homem do povo tinha razão. Era em Lisboa, e não à beira de um lago estrangeiro, que a crise devia resolver-se. O problema não demandava nenhuma fórmula secreta. O problema era sobretudo de coragem. E em vez de pedir aos outros que abrissem os olhos e a bolsa, era preciso que nós próprios começássemos por fazê-lo, para medir a extensão do perigo e para agir.

A honra ia caber a um homem de enfrentar e resolver a crise. Designei, como é notório, com estas palavras o sr. dr. Oliveira Salazar, nomeado Ministro das Finanças em 28 de Abril de 1928, e mantido na gerência da sua pasta até agora. E o que tinha o seu interêsse, em ser sublinhado no terreno universitário, onde falei, em Paris: o sr. dr. Oliveira Sa-

lazar trazia, como credencial, o seu diploma de professor de finanças na Faculdade de Direito de Coimbra. Digamo-lo, de resto, sem demora: o Ministro das Finanças permaneceu fiel ao que sucessivamente aprendeu e ensinou na Faculdade; não vá procurar-se explicação diversa para o segredo do seu êxito. É o triunfo dos princípios que encontram precisamente na cátedra os seus defensores profissionais. E perante um ensino, desacreditado, com estrondo, por aqueles mesmos, ou que o ignoram, ou que deliberadamente o põem de lado — quere-me parecer que o caso fornece, aos que o ministram como aos que o recebem, motivo de sobra para lhes incutir desvanecimento e estímulo.

Resta-me, portanto, apresentar-vos a obra de saneamento financeiro que, em Portugal, vem porfiadamente a realizar-se há quasi seis anos, ininterruptos.

Fá-lo-ei, obedecendo a um ponto de vista predominantemente objectivo. Mas sem prejuízo do direito de apreciar essa obra nos re-

sultados adquiridos e nas possibilidades iminentes, eu tentarei sobretudo pôr em relêvo a acção dos impulsos predominantes que a animam e que a esclarecem.

A estreia traz desde logo o cunho do autor. Perante a desorientação quási geral que demandava, antes de tudo, ordem nas ideas, o Ministro das Finanças julgou de seu dever começar pelo comêço — e tocando desta arte em um dos pontos sensíveis da organização financeira, reclamou para si próprio, desde a primeira hora, os mais latos poderes: o de determinar para cada ministério o limite máximo dos seus gastos anuais; o direito de veto contra todos os aumentos de despesa; a necessidade da sua concordância para a edição de qualquer medida que tivesse uma repercussão directa sôbre as despesas ou sôbre as receitas; a sua colaboração obrigatória em tôdas as iniciativas destinadas a promover o equilibrio das contas.

Munido com estes descricionários poderes em relação aos seus colegas de gabinete, — o Ministro das Finanças teve como idea básica

que era preciso, antes de tudo e acima de tudo, equilibrar o orçamento.

Esta a pedra de toque da obra empreendida. Quem a quiser seguir, quem a quiser julgar — é aí que terá de voltar a cada passo. Não nos furtaremos, por nossa parte, em o fazer.

Tendo o Ministro das Finanças assumido o poder em 28 de Abril e começando o ano financeiro em 1 de Julho — só lhe restavam dois escassos meses para elaborar o orçamento novo.

Era um *tour de force* para quem queria alterar o fundo das cousas. Fêz um efeito de teatro — a publicação do novo orçamento. O país, aturdido, encontrou-se, de súbito, em frente de uma mudança radical de cenário. O *deficit* astronómico, objecto de temor e de horror, desapareceu como por um alçapão. Repetia-se a façanha de 1913. Simplesmente, a inflacção das desgraças públicas dera outra amplitude aos saldos negativos das contas portuguesas.

Passado o primeiro momento de compreensível surprêsa, era fácil concluir que não se

tratava de um milagre. Os processos postos em prática eram afinal — e uma vez ainda — as duas únicas operações aritméticas aptas, desde sempre, a sanear um orçamento desequilibrado: diminuição de despesas, aumento de receitas.

A *diminuição de despesas* não podia de-certo resultar, em dois meses, de uma administração curada repentinamente das suas taras. Uma única senda surgia, como viável: lobrigar o que de momento, sem perturbações de maior, aqui e além, tivesse fácil correcção; tratar de ver claro na escrita, a-fim-de suprimir a inflacção dos créditos não utilizáveis; adiar certas obras menos urgentes; e, emfim, cortar aqueles gastos que não affectassem o rendimento dos serviços ou os direitos adquiridos do pessoal. 140 mil contos foram, assim, diminuídos ao algarismo das despesas públicas.

Quanto ao *aumento das receitas*, onde era preciso, por sua vez, encontrar uma maior valia de 200 mil contos, também não havia

que contar, em um prazo tão curto, com a possibilidade de serem postas em vigor quaisquer reformas de larga envergadura. Sobre os incertos alicerces da matéria colectável portuguesa, ¿que se poderia construir... se não castelos no ar? Para operar de urgência, um único método parecia recomendável: não fazer sofrer demasiado o paciente e não afectar a economia do país; quere dizer, a disseminação do esforço fiscal por taxas múltiplas, e promover uma cobrança que se efectivasse melhor. Esta foi a doutrina e a técnica do cirurgião de 1928. O «1928» de Portugal parece-se assim um tanto com o «1926» francês. Com um ponto de referência ainda para facilitar o confronto. Devendo operar a quente, as duas experiências estão de acôrdo para proclamar as condições de êxito, em finanças, desta cirurgia arriscada. Em França, como em Portugal, havia-se feito acto de confiança. E foi o sentimento do perigo, apelando para o espírito de sacrificio, que tornou possível o consentimento do país.

O orçamento de 1928-1929 encontrava-se, pois, equilibrado. Mas êsse orçamento, que

passou à história, não fazia sozinho a sua entrada no mundo.

Um orçamento, por melhor equilibrado que pareça, não se converte, vezes de mais, com efeito, quando o executam, em um mero farraço de papel? Compreende-se, deste modo, a desconfiada prudência do ministro, que julgou necessário defender o equilíbrio das suas previsões, com a estratégia de algumas regras passadas previamente à lei.

Essas regras merecem, em boa justiça, que as consideremos por um instante. Nelas reside, com efeito, o suporte que vai permitir ao equilíbrio orçamental de se manter. Mas nelas se encontram, também, e já norteadas, as directrizes que mais tarde só podem ganhar em desenvolvimento e firmeza.

Essas regras resumem-se, de resto, em meia dúzia de palavras.

Regra da unidade orçamental, passada depois à Constituição, como o fundamento do próprio orçamento: um único total de despesas oposto a um único total de receitas, sendo o único meio, na verdade, de se lhe apurar o saldo líquido final.

Cobertura das despesas normais do Estado, integralmente efectuada pelas receitas normais — isto é, com exclusão absoluta dos empréstimos.

Restrição legal apreciável da noção de despesas extraordinárias, únicas admitindo a cobertura pelo empréstimo. De onde deriva que, tornando-se a maioria das despesas ordinárias implicitamente mais avultadas, será preciso recorrer em maior escala às receitas normais, quere dizer, em última análise ao imposto. Regra severa, passada por sua vez também à Constituição. Jôgo difficil, tanto mais que uma preocupação de elegância em elevar ao máximo as coberturas normais, se converteu na prática em um zêlo porventura excessivo. Mas certificado incontestável de sinceridade, e contraprova de solidez orçamental.

Outras prescrições ainda.

Proibição de financiamentos a empresas privadas, sob qualquer pretexto de utilidade geral: medida de ocasião para não deixar criar raizes a alguns precedentes ruinosos.

Responsabilidade civil e penal para os

chefes dos serviços, cujas despesas hajam excedido as autorizações legais.

Regulamentação apertada dos pagamentos por conta dos exercícios findos, tendo como primeira condição a inscrição prévia da despesa a efectuar no orçamento do ano corrente. ¿Quem não sabe que, precisamente aí, costumam abrir-se as fendas de mais insidioso risco para o equilíbrio das contas?

Finalmente, defesa do orçamento contra as pressões doentias das finanças coloniais.

Eis aqui, portanto, meus Senhores, o ponto de partida do saneamento financeiro português: um orçamento equilibrado em dois meses e uma armadura legal, previamente improvisada, para permitir ao equilíbrio de se manter.

Pode êste conjunto parecer, porventura, um pouco sumário. ¿Como havia êle de não reflectir o ambiente da sua hora difícil? Mas além de que êsse prefácio já encerra alguns dos melhores elementos da obra que depois se prosseguiu — o pragmatismo mais exigente terá, pelo menos, de se declarar satisfeito. O orçamento de 1928, que ao ser elaborado,

apresentava um excedente previsto de 1.500 contos a favor das receitas, fechou com um saldo efectivo de 285 mil contos.

Quási seis anos já são passados depois dêste início prometedor. Tenho agora que dar balanço à obra realizada desde então. É certo que essa obra vai seguindo ainda no seu curso. Mas algumas conclusões se inferem, com tôda a evidência, já. Á falta dos desenvolvimentos que não cabem numa hora, vou tentar um esbôço sumário, mas que vos dê idea do caminho andado. A minha exposição far-se-á, de resto, em dois tempos. Primeiro, os *resultados* a que se chegou. Depois, os *processos* seguidos para os alcançar.

Em matéria de *resultados* adquiridos, há dois sobretudo que se devem sublinhar e que bastam para dar conta da situação actual.

O primeiro é o facto — que, a partir de 1928, cinco orçamentos foram sucessivamente encerrados com saldos positivos variando entre 40 e 285 mil contos, e cuja soma sobe a 710 mil contos. Tudo leva a prever que o

orçamento corrente seguirá as tradições dos seus predecessores.

O segundo facto é a redução progressiva da dívida flutuante, que, regressada de um total superior a 2 milhões de contos, se encontra praticamente anulada já, devendo em 30 de Junho próximo completar-se o pagamento integral dos bilhetes de tesouro em circulação.

Equilíbrio orçamental, facilidades de Tesouraria — não serão estas as duas finalidades, por excelência, de tôda a actividade financeira? O que me resta a descrever dos resultados obtidos, derivará antes do estudo dos processos que se seguiram para os alcançar.

A exposição dos *processos* ou meios de acção que produziram o saneamento português, e pela razão até de que a obra empreendida teve de tocar um pouco em todos os domínios das finanças públicas, parece mais consentânea com um largo desenvolvimento do que com o curto resumo, a que tenho de me cingir. Haverá assim sobretudo certos pormenores, que a-pesar-de provavelmente

operantes, eu sou forçado, com vivo desgosto, a omitir.

Mas a esta primeira observação, uma outra vem juntar-se por sua vez. Diversidade, na ocorrência, não quiere dizer, dispersão. E as indispensáveis linhas gerais, de que eu me limitarei a estabelecer o sentido, hão-de desprender-se, afinal, com nitidez suficiente, dos processos que vou referir.

Para a minha exposição — pedirei emprestados à divisão clássica da ciência das finanças os seus quatro compartimentos — despesas, receitas, crédito, orçamento — e, classificando sob a sua égide os processos do ressurgimento português, eu vou tentar, em poucas palavras, de estabelecer o seu *apport* e de lhes medir o alcance.

a) O primeiro capítulo — *despesas públicas* — provoca facilmente para a obra empreendida desde 1928, quere o assentimento, quere a crítica.

O assentimento, em primeiro lugar. E a precedência, não lhe pode ser regateada com justiça. Antes de mais nada, é preciso não

esquecer, com efeito, que, mantido sempre, aliás, o equilíbrio orçamental, se tem prosseguido incessantemente, num esforço dos mais vigorosos, para criar a utensilagem que quasi inteiramente nos faltava. As estradas estão reparadas, os caminhos vicinaes a reconstruir-se, os portos em construção ou ampliação; a rêde telefónica tem tido uma extensão considerável; edificios escolares numerosos encontram-se em via de acabamento, por todo o país; alguns outros serviços públicos se têm instalado com dignidade; hospitais, por sua vez, de feição moderna, assim como arejados bairros operários, vão levantando as suas fachadas e demonstrando intuitos de bem fazer. Não creio, de resto, que êste rol para nós de grandezas inéditas fôsse susceptível, quando o referi, de produzir em França qualquer leve efeito de admiração ou de aplauso, porque, felizmente para ela, a França esteve sempre longe de conhecer, neste particular, o que constituiu, não sabemos bem, se a nossa miséria, se a nossa vergonha.

Eu posso mesmo acrescentar ainda algumas realizações honrosas que resultam de uma

administração melhorada: o plano decenal, financiado a 100 mil contos por ano, para acabamento da nossa rêde das estradas; os progressos técnicos apreciáveis verificados ultimamente na construção dessa mesma viação ordinária; a redução considerável de prazos e de custo na construção dos edificios do Estado, assim como o inventário de tôdas as construções inacabadas para sua próxima conclusão; a multiplicidade de obras de interesse local, com participação financeira do Tesouro, para fazer frente ao desemprego; a progressão dos créditos orçamentais concedidos para despesas reprodutivas.

As economias tiveram, também, a sua parte no esforço realizado. Algumas provêm de uma technicidade melhor. Outras são devidas a uma fiscalização mais severa ou a uma contabilidade melhor estabelecida. Outras ainda são a sanção de alguns denunciados abusos. Não serei eu quem lhes apouque as virtudes exemplares. Mas dispersar-me-ia, se quisesse inventariá-las aqui. Eu só quero destacar agora uma medida, cujo alcance se faz notar, quere pelos resultados, quere pelo sistema: a

redução dos quadros do pessoal dos diferentes serviços; os funcionários em excesso ficando na situação de adidos, mobilizáveis, e as vagas abrindo-se apenas quando se haja chegado a algarismo inferior aos limites fixados para os quadros remodelados. Ouvi dizer que as primeiras vagas já estavam perto de se abrir. O sistema roçaria pela obra prima política, se não tivesse sido necessário reservar um lugar demasiadamente vasto à incompetência e se não se houvesse retardado, por tempo excessivo, a salutar renovação dos serviços pelos novos.

Mas não há só o assentimento. A crítica terá foros de sugestão quando reclamar uma revisão integral, que não pôde concluir-se ainda, do quadro das nossas despesas públicas, a-fim-de melhor as dosear. A defesa nacional e a ordem pública, sobretudo, chamam sôbre si a atenção, porque os seus créditos continuam a absorver entre um têrço e um quarto do orçamento. O problema não comporta soluções simplistas. Nem os melindres políticos nem as dificuldades internacionais do momento lhe reduzem, decerto, a sua complexiva acuidade. Mas se ao exército é devida a sa-

tisfação moral de tudo se fazer para que material e armamentos sejam dotados com verbas satisfatórias, é preciso que a burocracia dos ministérios da defesa nacional se não torne inoperante ou um coito estratégico para uma fiscalização de despesas de menos acentuado rigor. Exige-o a honra do exército, como a defesa do contribuinte. A êste propósito, um sintoma concludente se nos apresenta, com a construção, activamente prosseguida de um primeiro trôço do novo programa naval, tão imprescindivelmente ligado aos nossos destinos de grande nação colonizadora, e do qual cinco unidades, sôbre catorze, já fizeram a sua entrada sôbre as águas do Tejo. Aquisições oportunas e avolumadas de material de guerra, assim como o desenvolvimento da aviação marítima, têm sido, por sua parte também, o sinal evidente de que se está abrindo caminho em direcção oportuna.

Mas não importa. É preciso empreender, com minúcia acrescida, não direi só, a revisão das despesas militares, mas de tôdas as despesas públicas, o que comporta, por sua vez, a revisão necessária das funções do Estado.

Aí se encontra, como em todos os países, o nó vital do problema financeiro, perante as receitas abaladas e perante a inflacção estatista. Aí, de resto, não há pequenas vitórias. Só há pequenas críticas. O peor é que a luta se tornou demasiadamente desigual. A própria doutrina, que devia fornecer as melhores armas de combate, não se deixou porventura, ela também, mal-inspiradamente contaminar por um cepticismo traiçoeiro, contra o qual temos todos assim de reagir com urgência?

A lei portuguesa de 27 de Março de 1929, já se dedicou a forjar, com tôdas as suas peças, o instrumento que deve proceder à revisão das despesas. É a Intendência Geral do Orçamento — organismo não destinado a fiscalizar a legalidade das despesas (essa é a missão da Direcção de Contabilidade), mas a preparar o orçamento em ordem a estabelecer o edonismo dos serviços: quer dizer, em cada caso, se a sua normalidade satisfatória não poderia ser obtida com um dispêndio menor. Idea inspirada na lei americana de 1921 e que deve, quanto a mim, fazer — e só lho desejo, glorioso — o seu caminho neste mundo.

¿ Simplesmente, estará a lei condenada a ficar para sempre letra morta, à falta de se poder forjar, também com tôdas as peças, o Intendente Geral, êsse novo Encoberto, de virtudes ainda não pressentidas em ninguém? ¿ virtudes aliás imprescindíveis como condição *sine qua non* de se fazer uma obra decisiva?

b) As *receitas*, constituíram naturalmente, pelo seu lado, desde 1928, o objecto de numerosos ensaios, tendendo com uma fortuna desigual, quere à sua elevação, quere à sua melhoria.

Mas aí, na verdade, sob o ponto de vista da construção doutrinal, há muito pouco para dizer do que possa interessar como eu queria em Paris, um curso da Faculdade de Direito. O interêsse da lição reside em objectivo distinto.

Não é que o espírito inventivo tivesse entrado em férias no Ministério das Finanças. Com a crise mundial sobrevinda, foi preciso aliás, como em tôda a parte, fazer frente à baixa das receitas, que importava manter ao nível do primeiro orçamento equilibrado.

Mas aí o sentimento das realidades do Mi-

nistro (e essa é a lição do acontecido) devia sobrepor-se ao gôsto ilusório da novidade e afastar, em consequência, alguns últimos modelos sedutores, mas perigosos.

Em compensação, tendo a rebusca da minúcia passado ao primeiro plano, nada foi pôsto de lado, podeis acreditar-me sob palavra, do que pudesse obstar a quaisquer fugas da cobrança. Multiplicaram-se as medidas governamentais no sentido, quere de obter dos serviços a pontual entrada dos impostos, quere de garantir o Estado contra a má fé do contribuinte. Se alguma crítica houvesse a fazer, ela incidiria mesmo, de preferência sôbre certos condenáveis exageros do fisco, especialmente em matéria de organização e funcionamento dos tribunais de contencioso dos impostos, a qual fere por vezes uma sensibilidade jurídica de exigências medianas.

¿Quere isto porventura dizer que, além de um retoque detalhado na técnica dos serviços, o legislador não tivesse considerado o fundamento do imposto? Uma reforma geral do sistema tributário foi decretada, vai para cinco anos. Mas é aí sobretudo, para me servir de

certa linguagem, que tem as preferências da gente moça, que V. Ex.^{as} não verão sair do stúdio ministerial uma super-produção 1929. Nada lá se encontra, na verdade, do que forma a aspiração desta época em direcção a uma melhor justiça fiscal, e de que nós próprios aliás já havíamos feito o ensaio: quere dizer, a técnica do imposto baseada, em harmonia com as declarações fiscalizadas, sôbre a determinação do rendimento livre, e doseada, progressivamente, depois.

Não. O relatório da lei, a que nos reportamos, não pretende de nenhum modo dissimulá-lo, o ministro declarando-se inapto a preceder condições inexistentes, para glória única, e à custa do Tesouro, de alguma improvização legal vistosa, mas enganadora. ¶ Antes de se desentulhar a matéria colectável do *camouflage* que a deforma — como pensar em obter o *rendimento real* de cada contribuinte? É assim que o legislador julgou fazer obra mais útil, formulando transitòriamente o princípio do *rendimento normal* em vez do *rendimento real*. Quere dizer, em lugar de se aproximar, como de justiça, de cada verdade

concreta, mas difícil de apurar — estabelecer uma média, em suma, arbitrária, obtida para a matéria colectável de cada imposto, em conformidade com certas induções empíricas, certas actualizações à cotação dos preços e certos índices exteriores.

¡Evidentemente, a crítica tem aqui um fácil campo de manobra! e talvez mesmo que o maior merecimento houvesse sido em não lhe mostrar receio, tanto mais que ela se estriba, todos o sabemos, em raízes doutrinárias e políticas poderosas — e nada de mais arriscado nos nossos dias, à falta dos moínhos desaparecidos, do que declarar guerra a certas místicas.

Uma reforma dos impostos, talhada nestes moldes, em 1929, tem um indiscutível ar de atrazo. Mas nós somos depressa transportados de novo às ofensivas fiscais da actualidade — ou se quiserem antes, à piedade maior do contribuinte — se acrescentarmos que a revisão da matéria colectável se está fazendo apertadamente, em mais de um ramo de impostos, o que equivale a criar possibilidades mais eficazes para uma reforma, adiada, por

agora, em nome dum prudente oportunismo financeiro.

Muito haverá que fazer igualmente para conservar actualizados os impostos indirectos. As tarifas aduaneiras, recentemente refundidas, sobretudo. Mas aí topamos, de preferência, com o agastado embate das rivalidades económicas — e é pela acção dos outros, sobretudo, que nos teremos de pautar. No entanto, agrada-me em demasia, para que me abstenha de o sublinhar à passagem, o carácter senão moderado, pelo menos não agressivo, da política aduaneira portuguesa. Não destôa esta assim, como sua réplica oportuna, das facilidades existentes para as saídas de dinheiro, cujos últimos entraves têm já só entre nós um mero sentido fiscalizador.

Se a êsse conceito temos todos de regressar, segundo creio, para resolver a crise mundial, felizmente dêle não estamos demasiado longe. É preciso não perder de vista, com efeito, que os nacionalismos, por mais exacerbados, terão sempre inconvenientes notórios em alojar o absurdo em sua casa, e que as antigas mu-

ralhas da China também não contêm o material mais qualificado para construir com êle as fronteiras europeias dos nossos dias. Mas voltemos, sem perda de tempo, à nossa exposição.

c) Para completar o quadro sumário dos processos financeiros seguidos em Portugal, a partir de 1928, só nos falta, com o breve acrescento de algumas palavras, falar na dívida pública e no orçamento.

Vamos enfrentar dêste modo o que há de mais interessante na obra empreendida.

Começemos pela *dívida pública*.

Se V. Ex.^{as} se reportarem um instante ao quadro que lhes desenhei da desordem crónica que reinava entre nós, em matéria de dívida pública, a transformação operada roça pelo prodígio: quanto à redução dos quantitativos, e quanto à revisão das ideas. Cada coisa tende, com efeito, a tomar o seu lugar... e a dívida flutuante até a prescindir do seu.

Neste capítulo, o resultado, por assim dizer central, prosseguido desde a primeira hora, e que se espera atingir em 30 de Junho pró-

ximo — é, com efeito, com uma única e mais do que compensada excepção, o reembólso integral da dívida flutuante

As etapas merecem de ser reconstituídas. O sr. dr. Salazar, seguindo neste particular o sr. dr. Afonso Costa, começou por reembolsar a dívida flutuante externa. Pouco tempo depois suspendia a emissão de novos bilhetes do Tesouro. Em seguida, passou a reduzir o montante dos bilhetes do Tesouro em circulação; à medida que as facilidades crescentes da Tesouraria o permitiam, publicava-se o anúncio de que os bilhetes de um quantitativo cada vez mais elevado não seriam reformados no seu vencimento. Começaram a ser pagos os títulos de 1 conto. Pouco a pouco, subiu-se até 9 contos: todos os bilhetes dessa importância já eram reembolsados obrigatoriamente o ano passado. E êste ano, reembolsam-se todos, sem excepção. Em 30 de Junho próximo completar-se-á êste pagamento integral.

Resta a dívida à Caixa Geral de Depósitos. Ela também foi apreciavelmente reduzida: de 584 a menos de 200 mil contos — além de

que essa última parcela da dívida flutuante já é largamente ultrapassada pelas disponibilidades do Tesouro no Banco de Portugal e no estrangeiro, que segundo os últimos dados se elevam a 750 mil contos. Mas aí, não deve acolher-se sem reservas um rosado optimismo oficial. A meu ver, se a C. G. D., estabelecimento do Estado, fôr autorizada a receber, além dos depósitos obrigatórios, os depósitos voluntários, sem mais fortes restrições do que as existentes — o Estado guarda talvez para si um reservatório formidável, mas em relação ao qual tôdas as más tentações podem comprometer a liquidez do Tesouro, além de que só a rêde complexa da banca privada se encontra em condições para assegurar a irrigação do dinheiro no País. ¿O perigo só se fará sentir, se o Estado ocupar o polo oposto da política financeira actual? Evidentemente. Mas, então, esta reserva poderia depressa tornar-se decisiva.

Nada, no entanto, retira aos resultados actuais o seu alcance considerável, contido nesta fórmula sumária: *que a função patológica da dívida flutuante, mal crónico em Por-*

tugal, deixa de existir. A função normal da dívida a curto prazo anuncia-se mesmo já, para os tempos novos, em uma dupla disposição legal: a sua limitação a 100 mil contos, ou sejam cêrca de 5 por cento das receitas, como máximo a atingir e como simples antecipação dos rendimentos públicos; e a obrigação para o Tesouro, no fim de cada ano, ou de reembolsar a dívida flutuante, ou de guardar em cofre as disponibilidades para o fazer.

A política de reembôlso da dívida flutuante (à qual veiu juntar-se recentemente a das conversões facultativas) e as obras de fomento, em via de realização, indicam por si mesmas o apêlo que não podia deixar de ser feito aos empréstimos a longo prazo.

Mas aí, ainda, os processos seguidos revelam a prudência e os resultados adquiridos exprimem-se por outros tantos êxitos.

Três conclusões, com efeito, se destacam.

A redução do capital total da dívida.

A redução dos encargos.

A precisão de manobra, que permitiu o encadeamento das operações levadas a bom têrmo.

Podemos cifrá-lo, por demasia ainda, como segue.

Quanto à redução do capital da dívida: no final do último exercício, o total da novas emissões de consolidado e amortizável desde 1928, cifrava-se, aproximadamente, em contos 1.500.000; só para pagar dívida flutuante, gastaram-se 1.900.000 contos.

Quanto à redução dos encargos: os encargos totais da dívida pública diminuíram de 10 por cento em cinco anos. De 300 mil contos, em 1928, passaram a 270 mil em 1933.

Estes dois únicos Algarismos, do capital e encargos reduzidos da dívida pública, servem para provar a precisão de manobra no encaqueamento das operações sucessivamente consideradas, e produzindo resultados tão marcantes.

Basta, com efeito, atender:

Reembolsaram-se cêrca de 2 milhões de contos de dívida flutuante.

Começou por se pedir emprestado a $6\frac{3}{4}$ em 1929 e neste momento, precisamente, uma larga emissão é lançada a $4\frac{1}{2}$, com um encargo efectivo não superior a 5,25.

Anuncia-se a conversão facultativa próxima do 6 $\frac{1}{2}$, 1923, a uma taxa líquida de 4 $\frac{3}{4}$ p. c. Aí haverá perto de 1 milhão de contos a converter, o que se traduzirá em uma economia anual para o Tesouro de alguns milhares de contos.

O êxito desta conversão parece, aliás, garantido, quer pelas taxas de capitalização tornadas correntes, quer pelos dois ensaios felizes que ultimamente unificaram e converteram alguns empréstimos de feição dispersiva.

As cotações da Bolsa demonstram igualmente o grau de confiança pública que está na base de operações desta magnitude. Para só falarmos do nosso empréstimo mais representativo, o Externo 3 por cento — ainda cotado, em Londres, a 48, no fim de Junho de 1931 — já atinge, segundo a última cotação, 72 $\frac{1}{2}$, o que o nivela quasi com o Funding Brasileiro 5 por cento 1914, cotado a 76. As facilidades de Tesouraria e a perfeita honrabilidade do devedor português recebem desta forma o seu prémio de virtude.

d) Para terminar a rápida exposição re-

lativa aos processos financeiros do ressurgimento português, como seu quarto e último termo, falta só referir-nos à *reforma do orçamento*.

Aqui também o quadro é impressionante. É de justiça elementar, de-certo, pô-lo em directa ligação com o esforço que vem desde 1907; que a República honrosamente continuou no sentido de tornar mais claras a escrita e as contas públicas: mas obedecemos à mesma verdade, quando dissermos, que a reforma orçamental recente, só por si, dotou a legislação portuguesa com uma das melhores técnicas orçamentais da Europa.

A primeira lei, de 14 de Maio de 1928, organizou os quadros preliminares do orçamento, de modo a oferecerem uma idea de conjunto da situação financeira, e bem assim a classificação das receitas públicas.

Mas o passo decisivo para uma organização orçamental-modêlo resulta, a meu ver, sobretudo, da lei de 27 de Março de 1929, a mesma que criou a Intendência Geral do Orçamento.

A bondade do sistema deriva de que, em

cada serviço, as despesas serão sempre descritas no orçamento em obediência a um quadro comum, onde até às últimas sub-rubricas a classificação será sempre idêntica.

Desta maneira, se V. Ex.^{as} quiserem conhecer a despesa total do Estado em relação a qualquer das sub-divisões do orçamento — como todos os serviços inscrevem sempre as mesmas rubricas, uniformemente classificadas, só haverá que fazer a totalização respectiva. E como o quadro, a que me estou referindo, e tenho pena de não poder descrever, se impõe indiscutivelmente pela sua ordem e clareza, ficamos assim com um orçamento fácil de ler e apto a reproduzir a imagem da verdade financeira.

Três corolários foram oportunamente tirados dos preceitos que reorganizaram o orçamento para assegurar a sua execução e equilíbrio.

Em primeiro lugar, a regra que submete as contas públicas à mesma disposição técnica do orçamento. Previsão e realização terão assim de ser escrituradas da mesma maneira; a mesma disposição das rubricas tornando,

por conseguinte, os dois documentos facilmente comparáveis. ¿Como poderia o controle exercer-se de outro modo, com proveito?

Em segundo lugar, a severidade extrema que limita as transferências de verbas: essas mutações nos gastos só se podendo operar entre as últimas rubricas, no interior de cada classe. ¿Como se respeitaria, de outro modo, o plano orçamental, se na sua execução, as dotações livremente se pusessem a passear de crédito para crédito?

Em terceiro lugar, as restrições que respeitam à abertura de créditos extraordinários e suplementares e que os submetem à regra da contrapartida integral, seja pelo aumento das receitas, seja pela anulação de uma despesa equivalente. ¿Como se respeitaria, de outro modo, por sua vez, o equilíbrio orçamental, se durante o exercício despesas novas pudessem nascer como tortulhos e acrescentar-se ao rol dos gastos, sem compensações nem limites?

Assinalemos agora, para terminar, dois resultados da nova lei de contabilidade de 24 de Maio de 1930.

A exposição desta lei formaria por si só o objecto de um curso, e a mera severidade e minúcia com que ela se entretém a contrariar as fugas clássicas do dinheiro — serviriam para esboçar, em poucos traços, o perfil do seu autor. Mas os dois únicos resultados que me permito destacar da lei referida, servirão por sua vez para dar-nos conta do ambiente criado, o que foi e fica sendo a única ambição da minha conferência.

Êsses dois resultados são os seguintes:

A possibilidade de encurtar os prazos para uma rápida publicação das contas. Em 17 de Novembro último, o *Diário do Govérno* inseria os resultados do ano financeiro terminado em 30 de Junho.

A possibilidade de efectivar, dentro dos prazos do exercício, a quasi totalidade das receitas e despesas previstas que orçamentalmente lhe pertencem. Tôda uma rêde de disposições legais se estabeleceu nêsse sentido, e com tanta mais severidade que o exercício financeiro só é prolongado para êsse efeito de 45 dias (1 de Julho a 14 de Agosto). Bastará talvez dizer-vos, neste particular, que o legislador julgou haver

conseguido o seu intento. As contas de 1931-32 só deixaram, com efeito, como herança para a gerência seguinte, um refugo mínimo de 0,3% da despesa total por pagar.

MINHAS SENHORAS:

MEUS SENHORES:

Um dos mestres da literatura portuguesa do século xvii, Manuel Bernardes, escreveu o que a seguir se resume: «Não gasteis superfluamente o tempo dos outros, ainda que o seu sofrimento se não mostre irritado. O tempo é de todos e padecem muitos da sua suma pobreza. ¿Com que direito quiere o homem prolixo que seja somente dêle?».

Decididamente, eu só guardei no ouvido, dêste oportuno conselho, a música literária com que foi escrito. Perdoem-mo V. Ex.^{as}. E que me sirva, ao menos, de atenuante a humildade com que o confesso.

Mas eu prometo concluir em poucas palavras.

Se nos limitarmos a considerar os meros

sinais exteriores, o caso português resume-se no seguinte. Em 1928 encontrávamo-nos a dois passos do descalabro. Há seis anos que a situação mudou inteiramente.

Em vez de um *deficit* crónico, saldos orçamentais constantes, elevando-se a 700 mil contos nos primeiros cinco exercícios encerrados.

Em vez de uma dívida flutuante patológica e progressiva, a dívida a curto prazo regressada à sua função normal e praticamente anulada.

Em 1 de Julho de 1934, nem um só bilhete do Tesouro em circulação.

Alguns serviços essenciais ao progresso do país, outrora em abandono ou decadência, acusando hoje no seu activo numerosas realizações e perspectivas consideráveis.

Uma tesouraria, que se havia habituado aos embaraços quotidianos, hoje gozando de facilidades notórias.

Se por um momento nos não desviarmos da exclusiva consideração dos mesmos sinais exteriores, a simples apresentação dos factos, tais como êles se desenrolam perante os nossos

olhos, conduzir-nos-á porventura a pensar, também, que a situação portuguesa tem qual-quer cousa de um paradoxo.

Com efeito, enquanto os outros mantinham a casa em ordem e parecia igualmente fácil para nós o consegui-lo — Portugal arrasta quási durante um século uma crise financeira.

No momento em que quási todos os outros, pelo contrário, viram desfeito o equilíbrio dos seus orçamentos e em que a crise abalou as mais sólidas e orgulhosas construções financeiras do mundo — o doente crónico do Ocidente, mal refeito de uma crise sem precedentes, levanta orgulhosamente cabeça e, perante o espanto e a admiração de todos, exhibe hoje um dos poucos atestados vigentes de bom comportamento financeiro.

A contradição, porém, é apenas aparente. E a sua fácil explicação, que resulta da exposição anterior, só vem dar realce às possibilidades portuguesas que saem, de modo incontestável, singularmente engrandecidas da liquidada aventura.

Com efeito, se nos foi dado salvar-nos vi-

toriosamente da crise temerosa de depois da guerra, passando através da crise mundial sobrevinda, e longe de apaziguada até hoje, é que, sob o signo e a sugestão da coragem, impulsos recônditos e reservas intactas nos permitiram fazer frente ao perigo. Em boa verdade, se o mal de outrora nos parecia grave, a causa provinha talvez antes dos factores morais do que materiais — e a contra-prova, também, tinha sido concludente, de cada vez que um pouco de energia havia enfrentado a desordem.

*

Três interrogações se nos impõem, agora, para acabar.

¿O ressurgimento financeiro português, uma vez que foi forçado a atravessar a crise mundial sobrevinda — que repercussões dêsse mal veio a sofrer entre nós?

¿O ressurgimento financeiro, havendo-nos feito sair dos velhos embaraços quotidianos — que perspectivas imediatas podem ser hoje encaradas, como seu seguimento, para o país?

¿O saneamento referido, alvo de discussões apaixonadas em Portugal e lá fora, acaso poderia ter tido como roteiro um caminho mais afortunado?

Primeira resposta: A crise mundial actuou sôbre o ressurgimento financeiro português por um atrazo no seu desenvolvimento.

É de tôda a evidência, a-pesar-das vantagens alcançadas, que a crise do mundo nos impediu de colher os resultados com que, em qualquer outra ocorrência, seríamos fartamente favorecidos. Sem a crise, sobretudo, a curva da melhora económica teria pronunciado, com muito mais rapidez, o seu sentido ascencional. Bastava a extinção dos bilhetes do Tesouro, que veio libertar tão avultadas quantias de dinheiro, para actuar de modo decisivo no financiamento das indústrias — se a crise do mundo não tivesse vindo, por sua vez, paralizar os negócios, e tornar, como por tôda a parte, o capital ocioso na réplica impertinente do desemprego. A paisagem a-pesar-de haver mudado — está longe ainda de reflectir a plenitude dos benefícios que, sem

a crise, teriam advindo para o país. Mas não forcemos a nota plangente. E como o abade Syeyès, perante a hecatombe, concluamos modestamente . . . *que temos vivido*. Nos tempos correntes . . . não é pequena emprêsa. Onde estaríamos nós, com efeito, se o saneamento financeiro não houvesse precedido a crise mundial?

Segunda resposta. As perspectivas portuguesas podem ser encaradas favoravelmente, mas com a condição de nos não afastarmos da linha seguida: quer dizer, evitar cautelosamente um mero instante de inatenção, que possa comprometer estes dois bens adquiridos, tão preciosos como precários, e que se chamam: o equilíbrio orçamental e a paz pública.

É preciso reconhecer, de resto, que a obra empreendida obedece a um plano, cujos desenvolvimentos ultteriores são precisamente os de maior extensão.

É certo que algumas obras de monta, em via de execução, testemunham já o cuidado em renovar a fisionomia atrazada do país,

Mas o que avulta, por emquanto, na obra realizada, é o saneamento financeiro: a parte mais sólida, se quiserem, mas a menos vistosa; os alicerces e não ainda o edificio tal como nós queríamos construí-lo e habitá-lo.

Só depois de consolidado o equilibrio orçamental, e uma vez passadas as inquietações quasi diárias de uma tesouraria mal abastecida, é que, com o regresso à tranquillidade, chegou o momento de encarar as realizações que concretizem as possibilidades indefinidas de Portugal. Obra de fôlego, em um país de riquezas variadas, de directrizes múltiplas, de seqüência difficil, onde quasi tudo se encontra por fazer; em que é preciso distinguir as productividades immediatas das vantagens distantes e das soluções de prestigio; e onde, sobretudo, é preciso traçar os planos que ultrapassam sensivelmente o quadro dos financceamentos sujeitos, todos os anos, à discussão e à incerteza.

Desta obra que desponta apenas, a-pesar-das realizações numerosas que já formam mostruário honroso, do norte ao sul de Portugal, é cedo ainda para vos falar. Uma vez

mais, eu me dispersaria, se o fizesse. Eu só quero deixar marcado o espírito novo, que anima sobretudo a mocidade, que penetra mesmo nas províncias meio-adormecidas, — e cujas exigências de progresso e de conforto passaram à primeira plana das reivindicações gerais.

O próprio Ministro das Finanças, elevado a Presidente do Conselho, fala já uma linguagem inteiramente diversa. Não que de Sparta êle se houvesse mudado para Atenas. O Presidente do Conselho ficou demasiado Ministro das Finanças para o fazer. Mas o problema financeiro, embora não perdesse a sua situação central, como condicional da vida do Estado, já não representa a obsecção das primeiras horas. Começa-se, felizmente, a respirar mais fundo e a ver mais longe...

¿As perspectivas económicas do país?

Além dos saldos orçamentais, há pelo menos dois suportes, com que se pode também contar desde já, para construir com segurança.

Uma balança de pagamentos que voltou, provadamente, ao seu equilíbrio.

Uma moeda garantida com 42 0/0 de valores

ouro; com mais de 30⁰/₀ de ouro metal; as reservas metálicas havendo passado, em menos de três anos, de 2 a quasi 8 milhões de libras-ouro.

Falta só responder à interrogação final.

¿Haveria outro caminho, com mais accentuadas probabilidades de êxito?

É sempre muito fácil discutir desta maneira, uma vez que a condicional permite à imaginação trabalhar sem riscos de desmentido.

Escuso de dizer que não faltou quem o fizesse. Mas antes de averiguarmos se um outro caminho pode vir disputar quaisquer platónicas preferências, julgo que mais vale recordar o passo comedido e certo de que a obra realizada se não afastou. V. Ex.^{as} o viram.

Desde 1928 só se avançou devagar, com uma prudência empenhada em fazer figura de modéstia, e com o cuidado, quasi exagerado até, de só anunciar as realizações sucessivas à medida das possibilidades mais que provavelmente asseguradas. Um espirito eminentemente realista presidiu à obra feita, com

um esforço visível de concentração de todos os meios disponíveis para transpor cada uma das suas etapas. E é preciso acrescentar ainda: foi por vezes impossível, com a brevidade requerida, obter dos serviços, de nenhuma forma preparados para a súbita ressurreição do país, todos os estudos e projectos tornados indispensáveis à obra a efectivar.

Mas se o ritmo das realizações económicas pareceu demasiado lento à legítima impaciência do país, pelo contrário, o Ministro foi vivamente criticado, por excesso de velocidade, quando anulou de um jacto, e no seu primeiro orçamento, um *deficit* que passara aos domínios da astronomia. A S. das N., por exemplo, tinha marcado um prazo de 3 anos para o conseguir sem abalo. O Ministro replicou que um país latino é sobretudo capaz de entusiasmo, a persistência não sendo, porventura, a sua mais vinculada virtude. Mas seja como fôr: a crise mundial veio dar, neste ponto, razão ao Ministro. Basta repetir a minha interrogação de há pouco: Aonde estaríamos agora, se o equilíbrio orçamental não houvesse sido alcançado de pronto?

Delimitado uma vez assim o problema, não me parece que haja qualquer vantagem em continuar discutindo, se um outro caminho de salvação teria sido preferível. ; Então o equilíbrio orçamental já não está na base da prosperidade de um país? Dado o pêso exercido pelo Estado sôbre a sociedade inteira, pode acaso imaginar-se qualquer progresso duradouro sem a ordem prè-estabelecida nas finanças públicas? ; Ou sem as facilidades do Tesouro, que permitiram empreender uma rêde considerável de obras de fomento, teria sido possível dar combate vitorioso ao desemprego?

Não. Discutir nesse tom é ter a palavra... em Bizâncio.

E a nossa conclusão última formula-se desta maneira.

Portugal afirmou, pelo seu ressurgimento financeiro, que possibilidades imensas lhe pertenciam felizmente ainda para guardar o seu velho lugar no mundo. E demonstrou também, uma vez mais que para se chegar a finanças sãs, a dificuldade não está, como pretende certo preconceito, em fazer não sei

AS FINANÇAS PORTUGUESAS

que jogos malabares, de vistoso e enganoso maneio; mas pelo contrário, que não há outros milagres em finanças além dos que provêm da clareza, da firmeza e do bom senso.

Tenho dito.





RÓ
MU
LO



CENTRO CIÊNCIA VIVA
UNIVERSIDADE COIMBRA

1329644817

BIBLIOTECA DE ALTOS ESTUDOS

VOLUMES PUBLICADOS

Sessão inaugural do Instituto de Altos Estudos	3\$00
As Duas Espanhas, por Fidelino de Figueiredo. . . .	10\$00
Como perdemos Olivença, por Queiroz Veloso	10\$00
Filosofia do trabalho, por Bento Carqueja	2\$50
Modernas concepções da Mecânica, por Aureliano de Mira Fernandes	8\$00
Os tratados de comércio e a cláusula de nação mais favorecida, por Francisco António Correia. . .	5\$00
Catologação das fixas, por Melo Simas.	4\$00
Introdução à antropobiologia, por A. A. Mendes Cor- reia	4\$00
O Capitalismo, por Bento Carqueja.	5\$00
Os Arcebispos de Braga, por Mgr. José Augusto Fer- reira	5\$00
Interpretações, por Fidelino de Figueiredo	5\$00
Os Navios do Infante, por Quirino da Fonseca. . . .	5\$00
A Representação Artística das Armadas da Índia, por Quirino da Fonseca	5\$00
Reflexos filológicos dos sinais gráficos e do seu apren- dizado, por João da Silva Correia	12\$00
Lições sobre séries, por Pedro José da Cunha	8\$00
Reformas necessárias da legislação civil e comercial por- tuguesa, por Luiz da Cunha Gonçalves	8\$50
A expressão corporal das emoções no Cancioneiro Por- tuguês da Vaticana, por Henrique de Vilhena. . .	8\$50
Psicologia dos negócios, por Francisco António Cor- reia.	6\$00
Léon Walras e a Economia pura, por Mosés Bensabat Amzalak	6\$00
As matemáticas em Portugal, por F. Gomes Teixeira. .	12\$00
Aspectos do nacionalismo alemão, por Gustavo Cor- deiro Ramos	8\$00
As Finanças Portuguezas de Depois-da-Guerra. . . .	8\$00
OUTRAS PUBLICAÇÕES	
Depois do Terremoto, Subsídios para a história dos Bairros Ocidentais de Lisboa, por G. de Matos Sequeira, Vol. IV	60\$00